

CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS LGBT NO AMBIENTE ESCOLAR: O QUE DIZEM OS/AS ALUNOS/AS?

João Wallace Linhares

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), aluno da Especialização em Ensino de Sociologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: joaowallaces@yahoo.com.br.

Resumo

A experiência escolar de alunos e alunas que por quaisquer motivos destoam das normas de gênero e sexualidade consideradas “normais” comumente são atravessadas por maus tratos, expressões homofóbicas que se concretizam de forma verbal ou física. O presente trabalho visa apresentar o resultado de uma pesquisa realizada em 2011 com estudantes de turmas de 9º ano de escolas públicas do município de Independência-CE. Seu objetivo principal esteve em verificar que concepções existiam sobre a homossexualidade e de que maneira a comunidade escolar lidava com aqueles que eram considerados lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Para tanto, foram aplicados um total de 79 questionários, com perguntas abertas e fechadas, a estudantes pertencentes a nove turmas de 9º ano distribuídas em quatro escolas. As contribuições teóricas advieram principalmente de Abramovay, Castro e Silva (2004), Junqueira (2009), Louro (1999; 2000), Miskolci (2005), entre outros. Com base no que foi analisado, constatou-se um contraste entre o que é dito e o que de fato ocorre no cotidiano escolar, uma vez que, apesar de comumente os discursos defenderem o respeito aos seus colegas LGBT, esse grupo ainda é vítima de constantes violências dentro da escola.

Palavras-chave: Escola, Alunos LGBT, Homofobia.

Introdução

Quando se busca conhecer a maneira como a diversidade sexual é compreendida no espaço/tempo da escola, não pode-se deixar de perceber, seja nas reportagens de revistas, jornais e páginas da internet ou nas pesquisas acadêmicas que analisam as temáticas da violência e da sexualidade na escola, que entre as maiores vítimas de discriminação estão as pessoas que não se enquadram nos padrões de sexualidade considerados “normais”.

Dados publicados por Sérgio Carrara et. al. (2006) e Abramovay; Castro e Silva (2004) explicitam que as experiências escolares de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) são permeadas por exclusões e desrespeitos. Essa realidade reitera o que ocorre em outros espaços sociais, pois, mesmo com uma maior visibilidade dos/as homossexuais na sociedade e na mídia, de acordo com levantamentos do Grupo Gay da Bahia, vivemos no país com o maior número de crimes de ódio contra esse público (MOTT, 2007).

Diante disso, o presente trabalho visa apresentar o resultado de uma pesquisa qualitativa realizada em 2011 com estudantes de turmas de 9º ano de escolas públicas do município de Independência-CE¹. Seu objetivo principal esteve em verificar que concepções existiam sobre a homossexualidade e de que maneira a comunidade escolar lidava com aqueles e aquelas que eram considerados lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), seja no modo como essa temática estava sendo abordada nas aulas, e/ou nas estratégias que eram utilizadas para agir frente à homofobia.

Metodologia

Os dados que serão apresentados dizem respeito a uma pesquisa de campo realizada no período de 09 a 17 de junho de 2011. A cidade escolhida para o estudo possuía em seu distrito sede quatro escolas públicas que oferecem o 9º ano do Ensino Fundamental, sendo três da

1 Apresenta-se aqui alguns resultados da pesquisa intitulada “*Em escola o assunto fica mais diferente?*” *Abordando a homossexualidade no cotidiano escolar* (LINHARES, 2011), que foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Crateús (FAEC/UECE).

rede municipal de ensino e uma da rede estadual. Independentemente de suas localizações, todas atendiam alunos/as residentes em diferentes bairros e da zona rural do município. Encontravam-se matriculados na referida série um total de duzentos e sessenta e dois (262) estudantes, que eram acompanhados/as por trinta e dois (32) professores/as das diferentes disciplinas. Todo esse público formava nove (9) turmas que, conforme a ordem em que foram consultadas, receberam a denominação de T1, T2, T3, T4, T5, T6, T7, T8 e T9.

Não sendo possível lidar com todos os alunos e alunas, optou-se por uma amostragem constituída por um grupo de setenta e nove (79) discentes, que correspondem a 30% do total da clientela do 9º ano. Trinta e seis (36) sujeitos declararam-se do sexo masculino e quarenta e três (43) do feminino, com a faixa etária de 13 a 17 anos. A seleção se deu através de sorteio.

Os instrumentos de coleta foram questionários com questões abertas e fechadas cujas perguntas focalizavam três eixos: as concepções sobre homossexualidade; a abordagem escolar sobre homossexualidade; as manifestações homofóbicas e suas formas de combate. Ao proceder dessa forma, foi possível trabalhar todos os dados adquiridos, bem como estes puderam servir para estabelecer parâmetros gerais para a cidade em questão.

Referencial teórico

Guacira Lopes Louro (2000, p. 20-21) afirma que “a escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém ‘assuma’ sua condição de homossexual ou bissexual”, o que acaba por confinar esses/as alunos/as ao silêncio, marginalização e às violências consentidas dos intervalos. Essa realidade é ainda mais violenta para travestis e transexuais, pois, como revela Junqueira (2009), pela constituição de seus corpos e comportamentos, esses/as indivíduos não conseguem passar despercebidas/os pelo ambiente escolar.

A escola, juntamente com outras instituições, exerce uma “pedagogia da sexualidade e do gênero” que faz com que determinadas identidades e práticas sexuais sejam valorizadas, consideradas “normais” e “naturais”, ao passo que nega e subordina outras. Ao conceber as identidades de gênero e sexuais como naturais, cria-se um conjunto de discursos e práticas que tenta reproduzi-las, que tenta fazer com que crianças e jovens adquiram uma identidade masculina e feminina

“fixas” a fim de formar homens e mulheres “de verdade”, isto é, com comportamentos e desejos que são socialmente considerados como apropriados para cada sexo (LOURO 1999; 2000).

Essa pedagogia, de acordo com a autora supracitada, não ocorre através de conteúdos programáticos, mas, sobretudo, nas vivências cotidianas com colegas, professores/as e funcionários/as. Por agrupar muitas pessoas, o ambiente escolar favorece diversos contatos e também muitas “testemunhas” que ali presentes avaliam condutas. Assim, principalmente nos intercursos masculinos, as manifestações físicas de afeto são vigiadas, controladas e censuradas em muitas situações, para que não haja a transgressão do vínculo “normal” entre gênero e sexualidade, para que homens e mulheres vivam desejos e prazeres heterossexuais.

De acordo com Miskolci (2005, p. 15), ao limitar as diversas formas de se viver a masculinidade e feminilidade, o processo educativo reforça os modelos hegemônicos de homem e mulher, “contribuindo para que todos acreditem que meninos são masculinos porque ‘naturalmente’ têm gestos brutos e são mais agressivos, enquanto meninas seriam femininas por serem ‘por natureza’ delicadas e quietas”. Todavia, esses comportamentos não são “naturais”, como muitos julgam. Rogério Junqueira (2009), observa que os rapazes são constantemente incentivados a provarem sua virilidade, isto é, demonstrarem que não são mulheres nem “viados”, submetendo-se a práticas de violência ou de risco, uma vez que a expressão de sentimentos, preocupação e insegurança são vistos como “desvirilizantes”.

Deste modo, pode-se inferir o quanto o ideal do homem forte e destemido é fomentado como modelo único e desejável de masculinidade. A escola seria o local privilegiado onde meninos e meninas aprenderiam a construir suas identidades de gênero e sexual, sendo estimuladas/os a seguirem o padrão socialmente imposto a partir do que percebem como “certo ou errado, aceitável ou passível de rejeição” (LOURO, 2000; MISKOLCI, 2005).

Aqueles e aquelas que não se conformam aos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade tornam-se “o outro” que é marginalizado pela comunidade escolar, sendo nomeado de “viadinho” ou “sapatão” da escola. Mesmo sem se identificarem como LGBT, diversos alunos e alunas experimentam durante toda a vida estudantil o escárnio público através das pichações em banheiros e carteiras, dos insultos, dos assédios e violências físicas (JUNQUEIRA, 2009). Além de fazerem

as vítimas se perceberem como indesejáveis, inferiores ou ridículas, essas experiências podem repercutir negativamente em vários aspectos de suas vidas.

É difícil negar que a homofobia na escola exerce um efeito de privação de direitos sobre cada um desses jovens. Por exemplo: afeta-lhes o bem-estar subjetivo; incide no padrão das relações sociais entre estudantes e destes com profissionais da educação (HUMAN WATCH, 2001); interfere nas expectativas quanto ao sucesso e ao rendimento escolar; produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento; estimula a simulação para ocultar a diferença (MARTIN, 1982; CAETANO, 2005); gera desinteresse pela escola; produz distorção idade-série, abandono e evasão; prejudica a inserção no mercado de trabalho; enseja uma visibilidade distorcida; vulnerabiliza física e psicologicamente; tumultua o processo de configuração e expressão identitária; afeta a construção da auto-estima; influencia a vida socioafetiva; dificulta a integração das famílias homoparentais e de pais e mães transgêneros na comunidade escolar e estigmatiza seus filhos/as (JUNQUEIRA, 2009, p. 24).

Para alcançar uma visão positiva sobre seu gênero e sexualidade, os/as alunos/as LGBT terão que desvincular de suas identidades os significados que lhes foram socialmente atribuídos, ou seja, “será preciso deixar de percebê-los como desvios, patologias, formas não-naturais e ilegais de sexualidade” (LOURO, 1999, p. 83). Entretanto, isso ainda é um desafio, sobretudo quando se analisa a realidade escolar.

As tentativas trazer discussões sobre gênero e sexualidade para a escola ainda se fazem sob uma perspectiva médico-biológica, enfatizando os aspectos do crescimento e desenvolvimento do corpo humano e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Essa abordagem é problemática, pois traz em si “o risco de associar sexualidade com doença, certas enfermidades com determinadas práticas sexuais ou, ainda pior, inferir que certas práticas são doentias” (MISKOLCI, 2005, p. 22). Para Joca (2009), uma abordagem focada nos aspectos positivos da vivência da sexualidade, no respeito às subjetividades e à diversidade sexual, conseguiria mais êxito, uma vez que formaria sujeitos mais seguros para viverem seus desejos e prazeres, ao passo que enfrentaria o sexismo e a homofobia.

Resultados e discussão

Os primeiros itens do questionário apontaram os modos como os/as estudantes compreendiam a homossexualidade. Havia palavras (jeito de ser, imoral, opção, doença, normal, pecado, entre outras) que eles deveriam marcar e depois justificar o porquê da sua escolha definir, na sua compreensão, a homossexualidade. Apenas a palavra “doença” não foi marcada.

A análise das justificativas mostrou que, mesmo marcando diferentes palavras, muitos/as traziam argumentos comuns nas suas justificativas, sendo organizados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Você considera que a homossexualidade é...

Resposta	Quantidade de respondentes
Uma escolha	29,1%
Um jeito de ser diferente	22,8%
Pecado/Imoral	10,1%
Algo normal	8,9%
Algo que não se escolhe	6,3%
Natural/nasce com o indivíduo	6,3%
Algo que o indivíduo se torna	5,1%
Sem resposta	11,4%

Fonte: Pesquisa de campo realizada de 09 a 17 de junho de 2011.

Os argumentos utilizados por aqueles/as que compreendem a homossexualidade como **uma escolha** enfatizam diversas vezes que cada pessoa tem o “direito de decidir”, de “escolher” o que quer ser e de “viver sua vida como bem quer”. Alguns compreendem que essa escolha é individual e deve estar de acordo com o que cada um considera ser melhor para si, como se observa nesta resposta: “[...] todos têm o direito de ficar com quem se sente bem, que ama, não para agradar outras pessoas ou até mesmo suas famílias [...]”(ALUNA, 14 ANOS, T8).

Sentimentos como “amor” e “paixão” também se fizeram presentes nos argumentos daqueles/as que defenderam ser a homossexualidade **algo normal**, mas sem serem vistos como uma escolha. As respostas sugerem que é o fato de não haver a possibilidade de escolha do

objeto de amor ou paixão que faz a homossexualidade ser algo normal e “sem culpa”, assim como a heterossexualidade. Portanto, as pessoas têm direito de viver suas paixões sem serem julgadas por isso, afinal “é muito difícil encontrar uma pessoa que você ama muito em sua vida [...]” (ALUNO, 14 ANOS, T8) cada um deve ficar com alguém por quem “possa estar verdadeiramente apaixonado” (ALUNA, 15 ANOS, T8). Tais argumentos também foram utilizados por quem entendeu a homossexualidade como **algo que não se escolhe**.

Autoras como Figueiró (2007) tentam desconstruir a ideia de que a homossexualidade seria uma “opção sexual” lembrando, assim como os/as estudantes, que ninguém, independentemente de suas identidades de gênero e sexualidade, escolhe por quem irá se apaixonar. Além disso, é importante ressaltar que nossa sociedade é muito severa com a população LGBT, o que dificilmente faria alguém escolher o caminho do sofrimento. Exemplo disso, conforme a autora, é o fato de que homens e mulheres ao se perceberem fora dos padrões heteronormativos passam a sofrer e lutar contra seus sentimentos por saberem que isso significa enfrentar as dificuldades que serão impostas por preconceitos advindos, muitas vezes, de entes próximos.

Quando compreendida enquanto **um jeito de ser diferente**, sobressaíram nas respostas diferentes palavras ou expressões que complementavam a frase “cada pessoa tem seu jeito de ser”. Em suma, seriam modos diferentes de agir, pensar, amar, viver e ser feliz, e que isso é normal, disseram alguns, pois “todos somos diferentes” (ALUNA, 14 ANOS, T1). Em dois casos, o “jeito de ser” esteve especificamente ligado aos comportamentos: o modo de conversar, rir e andar. Um aluno destacou que esses comportamentos faziam com que os /as LGBT sofressem preconceitos: “[...] tem pessoas que não gostam de homossexual” (ALUNO, 13 ANOS, T5).

Na versão dos/as que disseram que a homossexualidade é **natural/nasce com o indivíduo** encontrou-se respostas que afirmavam todos nascem com o intuito de ser feliz, e que isso era importante. Duas alunas, entretanto, expressara suas opiniões de maneira diferente, dizendo que “[...] a pessoa já nasce com aquilo dentro de si” (ALUNA, 13 ANOS, T7) e que “pode acontecer que a pessoa nasça do sexo masculino mas se veja como uma mulher, pense e se sinta atraído pelo mesmo sexo” (ALUNA, 14 ANOS, T1).

Contrariando tal ideia, houveram estudantes que consideraram a homossexualidade como **algo em que o indivíduo se torna**. Para eles/

as, é algo normal tornar-se homossexual e que “[...] tudo vai acontecendo naturalmente” (ALUNA, 14 ANOS, T4). Um aluno afirma que qualquer pessoa pode ter uma relação homoerótica. Outra aluna argumentou sua resposta da seguinte forma: “É normal porque muitas mulheres se acham solitárias [...]. Muitos amigos homens se conhecem muito tempo e dali vai começando a se gostar” (ALUNA, 14 ANOS, T5).

Das pessoas que entenderam a homossexualidade como **pecado**, a sua maior parte (4 respondentes) justificou somente que Deus fez o homem para a mulher. Duas alunas que se expressaram de forma similar, acrescentaram as suas respostas que, mesmo considerando as relações entre pessoas do mesmo sexo algo errado, dizem respeitar “a escolha de cada um” (ALUNA, 14 ANOS, T2). Outro estudante expôs uma ideia diferente dos demais, para ele seria pecado porque os homossexuais influenciam outras pessoas a serem também homossexuais. Apenas um aluno percebeu a homossexualidade como algo **imoral**. Para ele, a sexualidade em si já é algo imoral, portanto, “falar disso [homossexualidade] já é imoralidade” (ALUNO, 17 ANOS, T7).

A moral cristã contribuiu fortemente na imagem dos/as LGBT como sujeitos condenáveis e imorais. De acordo com Busin (2008), a sexualidade é considerada pelo cristianismo – sobretudo a Igreja Católica, por ser a mais influente – como algo perigoso, admitida apenas para a procriação, que levaria a constituição de uma família “a base da sociedade”, logo, toda prática que não levasse a concepção seria um ato pecaminoso e antinatural. Desta forma, as relações sexuais entre iguais passaram a ser sinônimo de imoralidade e promiscuidade, uma busca incessante pelo prazer de qualquer forma.

Ao se analisar as respostas referentes a como os/as estudantes percebem o tratamento recebido pelos/as alunos/as LGBT em suas escolas, uma contradição se sobressai. Embora os discursos analisados anteriormente indiquem o respeito e a defesa desses/as indivíduos, mais de 70% afirmaram que seus/suas colegas “tratam (muito) mal”, “têm preconceito”, excluem os/as que não estão no padrão heteronormativo. Ou seja, nem sempre o que está nas falas acontece na prática, havendo respondentes, sobretudo meninos, que admitem fazer parte de grupos que discriminam, ou que eles próprios têm essas atitudes: “Um pouco errado, mas às vezes trato mal também” (ALUNO, 14 ANOS, T9); “Nós tratamos às vezes mal, às vezes mangamos” (ALUNO, 14 ANOS, T2).

Mesmo observando o tratamento dado a seus/suas colegas, um estudante não estranha esse comportamento e diz achar que “está bem”. No que tange a discussão da sensibilização com as violências, Abramovay, Castro e Silva (2004) observam que os rapazes se sensibilizam menos com a homofobia, seria ela uma violência mais abertamente assumida, e muitas vezes praticada como forma de afirmação de sua masculinidade, pois o contato com homossexuais comprometeria a autenticidade do seu gênero.

A forma como a homofobia se manifesta no cotidiano das escolas aqui analisadas se dá principalmente, conforme 29,1% dos/as alunos/as, através de palavras. São ofensas que ocorrem através de risos, zombaria, piadas, insultos, apelidos, palavras hostis. Nos questionários são relatados alguns nomes pelos quais denominam os/as estudantes considerados/as LGBT, a saber: viadinho, mulher, sapatona, boiola e bicha. Para Abramovay, Castro e Silva (2004, p. 286):

A recorrência a linguagem pejorativa é comum nas violências contra homossexuais. É importante destacar a linguagem porque por ela se apresenta visões de mundo, representações e também a nomeação do outro por formas negativas ou contrárias à sua vontade, com o intuito de humilhar, discriminar, ofender, ignorar, isolar, tyrannizar e ameaçar.

Além das agressões verbais, também ocorrem ameaças, quando não há violência física, “as brigas”. Na resposta de uma aluna: “[...] eles tratam muito mal, eles fazem pouco delas, dizem as coisas, batem” (ALUNA, 14 ANOS, T3). Os/as alunos/as que relatam essas agressões as consideram erradas e desrespeitosas, argumentando que todos somos iguais, e que as pessoas devem ser respeitadas “mesmo que isso [homossexualidade] não seja normal” (sic) (ALUNA, 15 ANOS, T9).

Houveram quatro alunas que afirmaram não haverem estudantes LGBT em suas escolas, o que não significa que a homofobia não estivesse presente. Elas afirmam isso pelo fato de que quando se fala sobre homossexualidade na escola “eles [os meninos] ficam dizendo coisas muito sem graça” (ALUNA, 16 ANOS, T3) e nos conflitos que acontecem na escola utilizam as mesmas palavras que são atribuídas aos homossexuais: “[...] ficam xingando os outros, chamando de viado ou sapatona” (ALUNA, 14 ANOS, T5).

Ao serem questionados/as sobre a maneira como professores/as e núcleo gestor agem diante das manifestações homofóbicas, 31,6%

responderam que a escola pune ou conversa com os/as agressores/as, com o intuito de que as agressões não se repitam “[...] nem dentro da escola e nem fora” (ALUNA, 15 ANOS, T9).

Todavia, 13,9% dos/as alunos/as afirmaram que essas ações são insuficientes para resolver os conflitos. Cinco (5) alunos/as observam que as conversas não ajudam para mudar o quadro de violência e que muitos profissionais não sabem como agir. Os sermões dos/as professores/as não inibem o alunado e a gestão só toma alguma iniciativa quando há reclamações por parte do corpo docente, mas o máximo que acontece são castigos “e deixa pra lá” (ALUNA, 15 ANOS, T8). Em uma resposta se lê: “Apenas conversam com o agressor e com o discriminado, depois de um tempo o preconceito aparece de novo e nada é feito” (ALUNA, 14 ANOS, T2).

Já outros/as seis alunos/as, ou seja, 7,6% do total, não testemunham nenhuma atitude por parte da escola frente às agressões motivadas pela (suposta) homossexualidade de outrem; seus escritos trouxeram frases simples, afirmando apenas que não veem a escola (professores/gestão) fazer/falar nada. Duas alunas, entretanto, disseram que muitos/as docentes não se incomodam com as manifestações homofóbicas que presenciam: “Alguns buscam conversar e dar apoio e punir esses agressores, mas outros nem se importam, fingem que não veem” (ALUNA, 14 ANOS, T2). “Os professores muitas vezes não fazem nada” (ALUNA, 14 ANOS, T7).

Não obstante, ainda houve referências em sete questionários, que correspondem a 8,9% do total, de que não se pratica nenhuma violência contra LGBT em suas escolas, sendo que três dos respondentes ressaltam que, se houvesse, a escola “agiria muito bem” (ALUNO, 14 ANOS, T7), talvez porque, como afirma uma aluna, “ela age com rigor e não aceita nenhum tipo de insulto com os demais alunos” (ALUNA, 14 ANOS, T3). Vale a pena ressaltar que desses sete estudantes, quatro relataram em questões anteriores que agressões verbais ocorriam em suas escolas. Parece, portanto, que os “insultos”, as “críticas” e os “preconceitos” podem não ser consideradas por eles/as como agressões de fato.

Considerações finais

Ao analisar o conjunto das respostas dos questionários, fica claro que muitos/as estudantes não possuem um conceito comum, fixo e

claro sobre o que seria a homossexualidade, havendo questionários em que os/as respondentes se contradiziam algumas vezes. Embora sejam comuns as afirmações de que a homossexualidade não deve servir como motivo para discriminação, manifestações homofóbicas ainda são frequentes nas escolas pesquisadas, ocorrendo de várias formas e até mesmo quando se afirma não haver LGBT nesse espaço. Essa contradição entre o que se diz e o que se vive sugere que muitos/as alunos/as adotam um discurso “correto”, mas deixam de identificar a si e suas práticas como discriminatórias, uma vez que sabem que atitudes desse tipo são consideradas erradas.

Ademais, mesmo que professores/as e gestores/as tenham atitudes de combate à homofobia, elas ainda não têm sido eficazes para fazer da escola um lugar de paz e respeito aos alunos e alunas LGBT.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventudes e Sexualidades**. Brasília: UNESCO, 2004.

BUSIN, V. M. **Homossexualidade, religião e gênero**: a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas. 2008. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008a.

CARRARA, S. *Et. al.* **Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa da 9ª parada do orgulho LGBT – São Paulo 2005**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Homossexualidade e educação sexual**: construindo o respeito à diversidade. Londrina: UEL, 2007.

JOCA, A. M. Educação escolarizada e diversidade sexual: problemas, conflitos e expectativas. In: COSTA, A. H. C.; JOCA, A. M.; LOIOLA, L. P. (Org.). **Desatando nós**: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2009.

LINHARES, J. W. **“Em escola o assunto fica mais diferente”?** Abordando a homossexualidade no cotidiano escolar. 2011. 99f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação de Crateús, Universidade Estadual do Ceará, Crateús-CE, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 3ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MISKOLCI, R. Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. **Afirmando Diferenças**. Campinas-SP: Papyrus, 2005.

MOTT, L. HOMOFOBIA: UMA PRAGA CRISTÃ. **Revista Brasileira De Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 18 n. 2, jul./dez.2007.